



DO FIM AO FUTURO DA HISTÓRIA: UMA ANÁLISE ACERCA DO PERCURSO DA TEORIA DE FRANCIS FUKUYAMA DE 1989 A 2012

Danilo Araújo Marques¹

Resumo

O presente trabalho busca reconstituir a trajetória da polêmica teoria do “fim da História” proposta pelo cientista político norte-americano Francis Fukuyama, contrapondo duas distintas reflexões a respeito da História encetadas pelo mesmo, “The End of History?” e “The Future of History”, a primeira e a última (mais recente), publicadas, respectivamente, em 1989 e em 2012. Pretende-se fazer ver como, a longo destes vinte três anos que se seguiram, a teoria que afirmava a inexorabilidade da democracia liberal como a finalidade última da História Universal, diante do colapso do socialismo soviético, sofreu com o próprio desenvolvimento do devir histórico, de maneira a ter alterado, pelo próprio autor, um de seus postulados mais fundamentais. Por fim, este trabalho busca incitar uma pertinente discussão, cara à comunidade de historiadores, que tome como princípio o problema do “fim da História” e sua imbricação com aquela que parece ser a atual noção de historicidade.

Palavras-chave: Fim da História. Francis Fukuyama. Democracia Liberal.

Introdução

Em *Régimes d'historicité*, o historiador François Hartog afirma que o regime de historicidade em voga no mundo pós-1989 é marcado por aquilo que ele chama de “presentismo”. É possível afirmar que a Queda do Muro de Berlim significaria o colapso do regime de historicidade moderno, iniciado em 1789 com a Revolução Francesa, o qual, bem como afirmara o historiador alemão Reinhart Koselleck, seria o regime de uma história voltada para o futuro, para a síntese representada pelo “horizonte de expectativa”, em contraposição àquele regime de historicidade que se fundamentava na tradição e nas lições fornecidas pelo passado captado pela *Historia Magistra Vitae* (KOSELLECK, 2006). Sendo assim, de acordo com Hartog, o ano-limite de 1989 marcaria bem as fronteiras entre aquele que já seria o ultrapassado regime moderno de historicidade, orientado pelo porvir, e o atual regime de historicidade caracterizado pela primazia do presente (HARTOG, 2003).

Neste mesmo ano-limite, em meio à conjuntura histórica internacional do progressivo colapso político da antiga União Soviética e do iminente fim da Guerra Fria, o cientista político norte-americano Francis Fukuyama dava o primeiro passo na defesa da polêmica

¹Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Artigo motivado pela disciplina Teoria e Metodologia da História, ministrada pelo Prof. Dr. José Carlos Reis, o qual também orientou a execução do trabalho de conclusão de curso intitulado *O percurso do “fim da História”: uma introdução à teoria de Francis Fukuyama e seus desdobramentos, de 1989 a 2012*, de onde se originou o presente texto. E-mail: danilomarques.his@gmail.com.

teoria do “fim da História”, teoria essa que, além de fazer o claro elogio da democracia liberal como o “ponto final da evolução ideológica da humanidade”, pareceu sintetizar muito bem aquilo que François Hartog denominou “regime de historicidade presentista” de nossos dias. A moderna noção do *télós* histórico já não mais se encontraria em um triunfante porvir, dado que o mesmo já teria sido alcançado com a mostra do êxito da liberal-democracia sobre todos os desafios ideológicos surgidos ao longo da história, como o absolutismo, o nazi-facismo e, por fim, o socialismo.

O presente trabalho busca analisar a trajetória desta teoria, contrapondo duas distintas reflexões a respeito da História encetadas por Francis Fukuyama, “The End of History?” e “The Future of History”, a primeira e a última (mais recente), publicadas, respectivamente, em 1989 e em 2012. Apesar da polêmica que produziu em um primeiro momento, considera-se que, longe de manter-se rígida em seus postulados, a teoria proposta por Francis Fukuyama teria sofrido fortes interferências do próprio *devenir* histórico, de maneira que seu autor teria chegado mesmo a alterar, significativamente, parte daquilo que havia sido declarado em sua primeira versão. Procura-se fazer ver como houve o que parece ter sido uma espécie de “implosão” da teoria do “fim da História”, sobretudo na acepção de seu próprio autor, nos vinte três anos de debate e história que se seguiram desde o ano de sua primeira publicação.

O ensaio original da tese sobre o “fim da História”

A teoria do “fim da História” foi originalmente proferida pelo cientista político Francis Fukuyama em uma conferência no centro *John M. Olin for Law, Economics and Business* da Universidade de Chicago, em 1988, para a Investigação da Teoria e Prática da Democracia, e, posteriormente, no verão de 1989, foi publicada como ensaio, intitulado “The End of History?”, na revista norte-americana de política e de relações internacionais que leva o sugestivo título de *The National Interest*.

No ensaio, Fukuyama postulava que o “fim da História” se caracterizaria por ser “o ponto final da evolução ideológica da humanidade”, o qual, segundo ele, se concretizava na democracia liberal como sistema político e no sistema econômico de livre mercado. Para tanto, o autor baseou-se em alguns termos do sistema filosófico de Georg Wilhelm Hegel, bem como na leitura de um de seus intérpretes mais conhecidos, o filósofo franco-russo Alexandre Kojève, o qual, além de procurar livrar Hegel de seus “intérpretes marxistas”, argumentava que os pensamentos operados pelo filósofo germânico na obra *Fenomenologia do Espírito*, bem como suas reflexões sobre um “Estado Homogêneo Universal”, forneciam a chave necessária para se entender aquilo que seria sua noção de “fim da História” – uma ideia que estaria calcada na vitória de Napoleão sobre a Prússia, na batalha de Jena, em 1806, e no suposto lançamento das bases para a universalidade dos

princípios da Revolução Francesa em detrimento do *ancien régime* (KOJÈVE, 2002). Fukuyama procurou resgatar a leitura kojéviana em sua reflexão justamente pela consonância com aquela postura de interpretação que se distanciava do marxismo, pois, já no início de seu ensaio ele chega a afirmar que “O infortúnio de Hegel é que seja conhecido principalmente como precursor de Marx, e [...] de que poucos estejam familiarizados diretamente com a obra de Hegel, já filtrada pelas lentes distorcidas do marxismo” (FUKUYAMA, 1989, p. 4).

Além do fato de conceber a sua noção de “fim da História” com base no “Estado Homogêneo Universal” – aquele que reconhece e protege o direito universal do indivíduo à liberdade e existe somente com o consentimento dos governados –, na acepção de Kojève, como indica Perry Anderson, esta entidade seria representada pelos países da Europa Ocidental pós-guerra e pelo *american way of life* (ANDERSON, 1992; KOJÈVE, 2002).

Baseado em tais premissas, Fukuyama argumentava em seu ensaio original que o “ponto final da evolução da humanidade” devia-se ao fracasso de todos os regimes autoritários do século XX, bem como de suas alternativas ideológicas, diante da democracia liberal: o fascismo fora destruído ao final da Segunda Grande Guerra e o comunismo, seu grande adversário no período *post bellum*, mostrava-se visivelmente em colapso, rendendo-se, cada vez mais, ao seu grande rival, o liberalismo. É possível notar a tese de Fukuyama no seguinte trecho que introduz a ideia a ser desenvolvida no ensaio original: “O triunfo do Ocidente, da ‘ideia’ ocidental, é evidente, em primeiro lugar, no total esgotamento de sistemáticas alternativas viáveis ao liberalismo ocidental” (FUKUYAMA, 1989, p. 3).

Com um esmagador descrédito das duas alternativas ideológicas mais sérias do século XX ao liberalismo – e, no caso mais notável do comunismo, cada vez mais próximo do modo de vida liberal-capitalista –, os constantes movimentos de cunho nacionalista ou religiosamente fundamentalistas nada mais seriam que resquícios de um “passado histórico”, confinado a zonas específicas de atuação, que já não se configurariam como ameaça à “nova ordem mundial”. Assim, seria possível que algumas tensões étnicas, terrorismos, entre outras atividades, proliferassem no mundo subdesenvolvido – ou o chamado “mundo histórico” –, mas não abalariam a profunda configuração temporal, pois o “fim da História” não significa a cessação de toda mudança ou conflito, mas o esgotamento de quaisquer alternativas ideológicas viáveis a essa nova ordem político-econômica mundial.

Francis Fukuyama afirmava que, apesar da vitória do capitalismo se estender progressivamente da Europa (vencedora do fascismo e do stalinismo) à Ásia (cada vez mais transformada e liberalizada), a competição dos Estados nacionais, provavelmente, ainda seria uma constante naquilo que ele mesmo denomina “mundo pós-histórico”. Entretanto, uma vez apagados os riscos ideológicos e militares, os embates concentrar-se-iam em

questões econômicas, no âmbito de uma estrutura de colaboração, como o exemplo do Mercado Comum Europeu. Diz ele: “[No ‘Estado Homogêneo Universal’] Não há luta ou conflito em torno de grandes assuntos, e, conseqüentemente não são necessários nem gerais nem estadistas: o que fica é, sobretudo, a atividade econômica” (FUKUYAMA, 1989, p. 5).

Para fornecer autoridade ao seu argumento, o cientista político norte-americano esclarecia em seu ensaio que este desfecho já havia sido previsto por Hegel, ao postular que o momento de culminação absoluta do agitado processo dialético de transformações do Espírito seria concretizado na consumação da liberdade no mundo. Como já foi dito acima, a complexidade de tal previsão já havia sido demonstrada por Kojève. Em seu artigo, Fukuyama comunga dessa noção kojéviana de que Hegel enxergava o “fim da História” na vitória de Napoleão sobre a monarquia prussiana, porque, segundo ele, tanto quanto para o filósofo franco-russo, a partir de tal evento tornava-se patente que os princípios liberais da Revolução Francesa seriam difundidos de forma prática pelo globo, de maneira que todos os acontecimentos históricos posteriores a 1806 estariam inclinados a promover o “Estado Homogêneo Universal” sob a égide daqueles princípios, mesmo que muitas das transformações ainda estivessem em curso ao longo dos anos posteriores:

A batalha de Jena marcou o fim da história porque foi nesse ponto que a ‘vanguarda da humanidade’ (termo muito familiar para os marxistas) levou à prática os princípios da Revolução Francesa. Ainda que ficasse muito por fazer depois de 1806 – abolir a escravidão e o comércio de escravos; estender o direito de voto aos trabalhadores, mulheres, negros e outras minorias raciais, etc. –, os princípios básicos do Estado liberal democrático já não poderiam se tornar melhores. (FUKUYAMA, 1989, p. 5).

Portanto, a afirmação filosófica da primazia das ideias na História deixa claro que seriam os desenvolvimentos materiais que se adaptariam aos princípios ideais e não o inverso, tal como postulado pela filosofia de cunho materialista². De acordo com este pressuposto, torna-se possível afirmar que a convicção de Hegel diante da chegada de Napoleão à Jena não seria relativizada pelos quase duzentos anos seguintes. Como afirma Perry Anderson: “O que prevaleceu em Jena [sic] não foi a prática completada, mas o princípio regulador de uma nova ordem política” (ANDERSON, 1992, p. 12). Segundo Fukuyama, o processo paulatino da configuração de um “Estado Universal e Homogêneo”, e que encontra seu desfecho no “fim da História”, iniciou-se com a propagação dos ideais liberais da Revolução Francesa no início do século XIX.

Liberal e democrático, tal “Estado Universal Homogêneo” seria instrumento de uma defesa convicta da liberdade garantidora dos direitos universais do homem e as operações da economia de mercado. Este “Estado Universal Homogêneo”, segundo o cientista político,

² Fukuyama faz uma crítica tanto ao materialismo determinista tanto da esquerda (marxistas), quanto da direita (*The Wall Street Journal*), os quais, segundo ele, são incapazes de entender que as raízes do comportamento econômico encontram-se no âmbito da consciência e da cultura.

satisfaria e resolveria todas as contradições e necessidades humanas que antes caracterizavam a História. Contradições como a que existiam entre o senhor e o escravo ou entre o proletário e o capitalista – e caracterizavam os conflitos concernentes à História – seriam todas extintas: “[...] a história humana e o conflito que a caracterizava baseava-se na existência de ‘contradições’ [...] Mas no Estado Homogêneo Universal, todas as anteriores contradições são resolvidas e todas as necessidades humanas se satisfazem” (FUKUYAMA, 1989, p. 5).

Mas seria mesmo possível dizer que todas as contradições que poderiam se levantar contra a democracia liberal foram realmente extirpadas em fins da década de 1980? A despeito da visível desintegração do grande bloco soviético e do reformismo russo encabeçado pela *Glasnost* e *Perestroika* de Mikhail Gorbachev, não seria necessário ainda considerar o regime político estritamente comunista de outros potenciais gigantes, como a China? Francis Fukuyama fornece especial atenção a este país em seu ensaio³. Para ele, a princípio, a China parecia mesmo se comportar como uma possível alternativa à democracia liberal, sobretudo se fosse considerado que continuava sendo governado por um partido comunista autodesignado. Entretanto, o governo chinês liderado por um Partido Comunista não seria nada mais que puro formalismo, pois, segundo o cientista político, o marxismo-leninismo já não forneceria qualquer tipo de atrativo para os administradores chineses. Segundo ele:

[...] qualquer um que esteja familiarizado com a mentalidade e a conduta da nova elite tecnocrática que hoje governa a China, sabe que o marxismo e os princípios ideológicos são praticamente irrelevantes como elementos de orientação política, e, que o consumismo burguês tem, pela primeira vez depois da revolução, significado real neste país. (FUKUYAMA, 1989, p.11).

Sendo assim, de acordo com a teoria do autor, a China não se posicionaria como uma sistemática alternativa ideológica, pois toda a sua mentalidade econômica já estaria pautada pelo modo de pensamento economicamente planejado do liberalismo. Em consequência disso, diz ele, a alternativa comunista na China já não seria mais legítima como “farol das forças antiliberais” para quaisquer outras partes do mundo.

Por outro lado, ademais, faz-se necessário notar que a análise de Fukuyama sobre a situação da antiga União Soviética, em seu ensaio, não é retrospectiva, mas prognóstica dos fatos que iriam ocorrer naquele bloco, e que toda sua tese se baseia no contínuo colapso da legitimidade da forma política do socialismo soviético, sobretudo após as reformas propostas por Gorbachev. Como afirmou Perry Anderson: “A grande mudança que inspirou essa versão do fim da história é, evidentemente, o colapso do comunismo. [...] A visão de Fukuyama é um produto desse momento” (ANDERSON, 1992, p. 82). Para o

³ Lembre-se de que quando Fukuyama escrevia, a China ainda não havia alcançado o posto atual de 2ª maior economia do mundo.

cientista político, o que parecia mais significativo para a confirmação sua tese eram os avanços da União Soviética – tratada como “pátria do proletário mundial” com certa dose de ironia –, os quais, segundo ele, colocaram a “última chave no sarcófago” da alternativa marxista-leninista à democracia liberal.

Francis Fukuyama é taxativo ao postular que, desde a administração de Leonid Brejnev, o marxismo-leninismo já seria absurdo, decadente e desprovido de significado no bloco soviético, mas que, mesmo assim, ainda continuaria constituindo a base comum para o governo da sociedade por parte da elite. O autor é entusiasta das mudanças continuamente ocorridas naquele bloco socialista e das características da gestão administrativa reformista de Gorbachev, que, segundo ele, seguia orientações do liberalismo econômico e político, mesmo que o líder comunista não tivesse a pretensão de substituir uma forma de governo por outra:

O que tem sucedido nos quatro anos desde que Gorbachev assumira o poder é uma investida revolucionária contra as instituições e princípios mais fundamentais do stalinismo, e sua substituição por outros princípios que não chegam a ser equivalentes ao liberalismo per se, mas cujo único fio de conexão é o liberalismo. (FUKUYAMA, 1989, p. 12).

Por isso mesmo, em suma, de acordo com Fukuyama, a União Soviética também já não se colocaria como uma alternativa à democracia liberal porque a ideologia que a movimentou ao longo do século XX já não se legitimaria mais em um contexto de sucessiva democratização e liberalização dos países, que, de acordo com sua teoria, estariam cada vez mais dispostos à formação do “Estado Universal Homogêneo”, direcionado pelos ideais liberais das Revoluções Francesa e Americana. Nem mesmo a alternativa sistemática mais séria surgida contra o liberalismo, que um dia identificara a contradição entre capital e trabalho no seio deste sistema, teria conseguido sobreviver ao movimento teleológico da História rumo ao seu fim. Eis a inexorabilidade do “fim da História”...

Como já foi dito acima, Francis Fukuyama arquiteta toda a sua composição teórica para caracterizar o “fim da História” como o “ponto final da evolução ideológica da humanidade”. Dessa maneira, por mais que o marxismo-leninismo tenha desaparecido como ideologia de importância no cenário histórico-político mundial, isso não quer dizer que os conflitos internacionais ou quaisquer outros eventos históricos se cessarão⁴. Ora, lembre-se que, mesmo após o “fim da História”, o globo ainda estaria dividido em dois mundos distintos: o “histórico” (lugar de ideologias locais autoritárias) e o “pós-histórico”; e, além de

⁴ Esta foi uma das principais incompreensões que acompanharam a maioria dos leitores e críticos de Francis Fukuyama e de sua teoria logo após a publicação de “The End of History?": se a história havia terminado logo após a Queda do Muro de Berlim, como explicar a quantidade de eventos históricos que estouravam ao redor do mundo? Em resposta, Francis Fukuyama disse que esta confusão advinha de uma incapacidade de compreender ou aceitar o uso hegeliano do termo “História”. No texto “A Reply to my Critics”, ele esclareceu que o sentido da palavra “História” que foi tratado em seu ensaio original não dizia respeito à história como sequência aleatória de acontecimentos, no qual não há a possibilidade em caracterizar alguns eventos como mais importantes que outros, mas à História, concebida, de acordo com Hegel, no sentido mais restrito de “história da ideologia” ou “história das ideias e dos princípios”.

ser absolutamente provável a permanência de conflitos entre os ditos países “históricos”, segundo o autor, seria possível, também, a existência de conflitos entre membros do “mundo histórico” e do “mundo pós-histórico”. Contudo, à medida que os demais países do “mundo histórico” se convertessem à marcha inexorável da História para o “Estado Universal Homogêneo”, coroado pela democracia liberal, a incidência de conflitos internacionais diminuiria, pois, de acordo com o cientista político, os países pertencentes ao “mundo pós-histórico” não se enredam em conflitos sangrentos e batalhas cruentas entre si, mas canalizam todo este potencial (inato?) para o campo da economia.

A despeito de todo o elogio do que seria o “fim da História”, Francis Fukuyama lança luz sobre um problema que é inerente ao estado existencial do homem pós-histórico: a rotina trivial e monótona de comprar e votar tornaria inevitável a dissipação de todos os impulsos e sacrifícios ideais, heroicos, à medida que se definharia a verve criativa da arte e filosofia. Para citar a própria conclusão existencialmente pessimista do cientista político norte-americano sobre este estado humano:

O fim da história será um momento muito triste. A luta pelo reconhecimento, a vontade de arriscar a vida por um objetivo puramente abstrato, a luta ideológica a escala mundial que exigia audácia, coragem, imaginação e idealismo será substituída pelo cálculo econômico, a interminável resolução de problemas técnicos, a preocupação com o meio-ambiente e a satisfação das sofisticadas demandas dos consumidores. (FUKUYAMA, 1989, p.18).

Quando Francis Fukuyama lança o problema desse alto custo por se alcançar o “fim da História”, parece estar se referindo ao crescente fenômeno de apatia política daquelas sociedades democrático-liberais contemporâneas, já plenamente constituídas. Não há mais algo porque lutar ou esperar. Os sonhos e projetos se esvaem. A plenitude individualista do eu consigo mesmo torna “peça de museu” o tempo em que o homem como ser social buscava o bem coletivo *per se*. Eis uma das graves consequências do excesso do “fim da História” para o ser humano, o que leva o próprio Fukuyama a se posicionar de maneira cética no que respeita essa “nova civilização”.

Enfim, o cientista político, idealizador daquela tese que se tornou fortemente controversa, conclui o ensaio reconhecendo, em sua última sentença, que: “Talvez esta mesma perspectiva de séculos de tédio ao fim da história servirá para que a história se ponha novamente em marcha” (FUKUYAMA, 1989, p.18)⁵.

Vinte e três anos depois: então, a História continua?

Diversas foram as críticas às quais a teoria do “fim da História” foi submetida nos anos que se seguiram à publicação do artigo, em 1989, bem como no seu desenvolvimento como

⁵ O cientista político abordou este problema – que surge no âmbito de sua teoria e que foi rapidamente tratado em seu ensaio – de maneira mais detida, posteriormente, em 1992, no livro *The End of History and the Last Man (O Fim da História e o Último Homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992), sob a perspectiva do “último homem” nietzschiano.

livro, três anos mais tarde⁶. Dentre todas elas, a que reconhecidamente mais contribuiu para uma reviravolta interna à tese de Fukuyama, foi a do também cientista político norte-americano Samuel P. Huntington, que, no livro *The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order (O Choque das Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996), afirmava já não haver sentido em pensar as relações internacionais pós-Guerra Fria de acordo com a marca característica do bipolarismo, dado que, de um ponto de vista dito “culturalista”, aquelas relações apresentavam-se, cada vez mais, de uma perspectiva multipolar, ao contrário do que postulava a ideia de uma marcha inelutável e universal rumo à democracia liberal.

A despeito de tal crítica, Francis Fukuyama continuou defendendo a ideia de que a democracia liberal contemporânea já não encontraria alternativas sérias o suficiente no caminho em direção à sua universalidade. Até que no primeiro ano do século XXI, no dia 11 de Setembro de 2001, a tese do “choque das civilizações” de Huntington se concretizou, efetivamente, na forma histórica. O ataque do grupo terrorista *Al Qaeda* ao *World Trade Center*, em Nova York, supostamente sob a liderança de Osama Bin Laden, acabou por levar, imediatamente, a tese do triunfo da democracia liberal sobre quaisquer alternativas políticas, em quaisquer culturas, a um efetivo e evidente descrédito⁷. Assim, a despeito dos possíveis problemas embutidos em suas conclusões⁸, a tese de Huntington parecia fazer mais sentido na atual conjuntura internacional que aquela postulada por Fukuyama.

Em nota publicada no jornal *The Wall Street*, ainda em setembro de 2001, o cientista político autor da teoria do “fim da História” reconheceu que muitos analistas receberam melhor a tese de Huntington, e, apesar de possuir o velho discurso de reafirmação da inexorabilidade histórica da democracia liberal, Fukuyama admitiu que o fundamentalismo islâmico seria um forte sistema cultural avesso à “modernidade dos pés à cabeça” (FUKUYAMA, 2001). Após isso, ao longo dos dez anos que se sucederam ao ano de 2001, pode-se considerar que Francis Fukuyama não mais tocou de maneira veemente no assunto de sua teoria sobre o “fim da História”, restringindo-se a dizer pouco sobre a mesma em algumas entrevistas cedidas a periódicos de vários países, os quais, em muitos casos, forneciam reportagens bastante superficiais – quando não equivocadas – sobre o tema⁹.

⁶ Para maiores detalhes das principais críticas levantadas à teoria do “fim da História” e das respostas fornecidas por Francis Fukuyama, bem como do processo de revisão da tese neste meio-tempo, entre 1989 e 2012, ver meu trabalho de conclusão de curso citado na nota de referência presente na primeira página.

⁷ Ver, por exemplo, a afirmação feita pelo colonista George Will, um dia após o atentado terrorista, de que a história havia “voltado de suas férias” na *Jewish World Review*, em 12 de setembro de 2001; ou mesmo a declaração do “fim do fim da História” feita por Fareed Zakaria em “The End of the End of History”. *U.S. Edition Newsweek*, September 24, 2001.

⁸ Ver, por exemplo: CABALLERO, Carlos. “De Fukuyama a Huntington o la legitimación del etnocidio”. En: *Héspides*. nº 8, noviembre, 1995. Ou ainda: ZEROUI, Zidane. De Fukuyama a Huntington: una crítica al Eurocentrismo. *Revista de humanidades: Tecnológico de Monterrey*, Nº2, 1997. pp.213-142.

⁹ Ver, por exemplo, as reportagens cedidas por Francis Fukuyama à revista *Veja* em 2004 e 2006, sob os respectivos títulos: “A história acabou, sim” e “O liberalismo é o caminho”; citadas na bibliografia final.

Até que, considerando a crise econômica iniciada em 2008 nos Estados Unidos, os acontecimentos políticos ocorridos no Oriente Médio em 2011 e a atual crise do bloco econômico da União Europeia, em entrevista à rede de televisão portuguesa TVI 24¹⁰, em 2011, Fukuyama retomou o seu discurso de uma tendência humana universal de se lutar pela sobrevivência em uma sociedade livre proporcionada pela democracia. Baseado nos eventos da chamada “Primavera Árabe”, o cientista político declarou que os argumentos culturais sobre a democracia, que sustentam haver uma incompatibilidade entre a cultura islâmica e os princípios democráticos – em evidente referência a Samuel Huntigton –, estariam equivocados. Afirmou, ainda, fundado na recente crise econômica que tem sido enfrentada por países da zona do euro, que o século XXI tende a proporcionar um mundo cada vez mais multipolar, sem a supremacia de grandes potências, no que respeita tanto os aspectos econômicos, quanto à circulação de ideias. Assim, Fukuyama mostra não mais crer em que a história do século XXI seja de hegemonia do Ocidente¹¹. Ainda que continue postulando a primazia dos princípios democráticos – tomados como o desejo de se viver em uma sociedade livre – sobre quaisquer outros, tais como os apresentados pelo fundamentalismo islâmico, por exemplo, nesta entrevista Francis Fukuyama mostra não acreditar mais na universalidade e eficiência da criação de instituições democráticas em todo o mundo, nem mesmo na futura homogeneidade de todos os países sob a égide de um modelo político único.

Assim, em janeiro de 2012, Francis Fukuyama publicou na revista *Foreign Affairs* um ensaio intitulado “The Future of History”. O interessante de se notar neste recente artigo é a questão levantada pelo cientista político logo no subtítulo; pergunta ele: “Pode a democracia liberal sobreviver ao declínio da classe média?”. É notável a viragem feita no discurso de Francis Fukuyama: em 1989 sua dúvida se dirigia à evolução ideológica da História, ao mesmo tempo em que afirmava a inelutabilidade da hegemonia da democracia liberal; pouco mais de duas décadas depois, em 2012, a dúvida se volta à própria democracia liberal, a fim de entender o futuro do processo histórico.

No início de “The Future of History”, o cientista político suspeita da forma estranha com que a Esquerda tem agido diante da crise financeira iniciada em 2008, a qual, de acordo com ele mesmo, seria um produto financeiro do capitalismo levemente regulado, em pauta há cerca de três décadas. Não há nenhum tipo de resposta esquerdista. Os movimentos de Direita que atacam a mínima regulação estatal da economia, como o *Tea Party* nos Estados Unidos, têm sido mais atuantes. A falta de mobilização, proveniente de

¹⁰ Entrevista concedida à rede TVI 24, em 05/05/2011. Entrevista completa presente em: http://www.youtube.com/watch?v=L5xru_hKF7A.

¹¹ Ao ser indagado se este poderá ser um século norte-americano, ou seja, se uma criança de hoje ao completar 40 anos de idade viverá, ainda, em um mundo de hegemonia estadunidense, a resposta do cientista político norte-americano foi: “Ela deveria aprender chinês”.

um histórico fracasso no campo das ideias, parece deixar claro, segundo o cientista político, que a Esquerda não tem sido capaz de configurar um plano plausível para a sociedade que não seja o retorno do que ele chama de “antiquada social-democracia”. De acordo com Fukuyama, atualmente a Esquerda está anêmica, e sua conclusão é de que a ausência de uma “contra-narrativa” não é saudável para o debate intelectual e para a própria democracia liberal (!), que tem visto minar, sob a atual forma do capitalismo globalizado, a sua base social: a classe média.

O liberalismo, desde o seu início no século XVII europeu, diz Fukuyama, é uma doutrina associada tanto ao surgimento do princípio comercial, quanto o de uma classe que não se situa, em termos de renda, nem no topo, nem no fundo de suas sociedades. Em acordo com clássicos pensadores, como Locke e Montesquieu, o liberalismo legitima a autoridade do Estado sobre os indivíduos baseado na noção do Estado de Direito, de maneira que um dos direitos individuais mais essenciais a ser protegido é o da propriedade privada.

Por assim ser, a princípio, o liberalismo não implicou em democracia. Pensadores liberais, como Mill, céticos com relação à plenitude da democracia, postulavam que a responsabilidade da participação política pressupunha uma educação mediada pela propriedade, de maneira que grande parte da população se viu excluída do poder político, como a classe operária industrial, que, em contraposição à classe média industrial, encontrou guarida na proclamação das ideias socialistas do século XIX. O grande modelo do impacto dessas ideias na classe operária industrial pode ser visto com a publicação, em 1848, do *Manifesto Comunista*, escrito por Karl Marx e Friedrich Engels. Assim, de acordo com Fukuyama, é possível pontuar que, a partir desse episódio,

[...] começou um século de concorrência para a liderança do movimento democrático entre comunistas que estavam dispostos a abandonar a democracia procedimental (eleições multipartidárias) em favor do que eles acreditavam que era uma democracia substantiva (redistribuição econômica), e liberal-democrática, que acreditavam na expansão da participação política, mantendo um Estado de Direito protetor dos direitos individuais, incluindo direitos de propriedade (FUKUYAMA, 2012, p. 54).

Já no início século XX, havia um forte consenso quase geral de que a forma política do socialismo seria inevitável para o avanço de todos os países. Acreditava-se no socialismo como o grande representante dos maiores extratos populacionais das sociedades modernas. Entretanto, importantes alterações sociais ocorreram ao longo do século XX, as quais, de acordo com o cientista político, minaram a base de legitimação da teoria socialista¹. Entre elas estão o surgimento de novos grupos de desfavorecidos e excluídos sociais, como negros, mulheres e homossexuais; e o aumento dos padrões de vida da classe operária, que acabou por se juntar à classe média, atrofiando o seu vasto contingente

populacional e contrariando aquela crença marxista de que a classe média seria sempre identificada como uma minoria privilegiada das sociedades modernas.

Segundo o cientista político, o apelo do socialismo tal como pensado por Marx se definiu na medida em que os países conseguiram criar sociedades caracterizadas majoritariamente pela classe média, de maneira que o radicalismo da Esquerda somente se faz presente ainda em “áreas altamente desiguais do mundo”. O aumento do contingente populacional da classe média, arrolado, inevitavelmente, ao crescimento econômico, tem sido evidente em países como Brasil e Índia, afirma Fukuyama. Essa classe média, bem instruída e conectada tecnologicamente ao mundo, mobiliza-se facilmente para fazer exigências aos seus respectivos governos, o que configura um dos princípios básicos da democracia. A título de exemplo, Fukuyama destaca o nível social de classe média dos principais instigadores das revoltas na chamada “Primavera Árabe” e, fazendo uma clara referência ao livro *A Terceira Onda* de Samuel P. Huntington – onde o autor demonstra historicamente como houveram seguidas “ondas” de adesão à democracia em vários países do mundo desde fins do século XVIII (HUNTINGTON, 1994) –, pontua que “o desejo de liberdade política e participação não é uma peculiaridade cultural de europeus e americanos.” (FUKUYAMA, 2012, p.56).

Assim, mesmo considerando que haja casos em que a classe média se alinhe a governos autoritários para proteger os seus interesses de classe, Fukuyama atesta a atual existência de um “consenso global sobre a legitimidade da democracia liberal”. Contudo, como se procura demonstrar nesse trabalho, o discurso do cientista político é distinto daquele formulado em 1989: a democracia liberal não mais caminha triunfantemente pela História sem quaisquer desafios em sua trajetória. Segundo o autor da teoria do “fim da História”:

O desafio mais sério para a democracia liberal no mundo de hoje vem da China, que tem combinado governo autoritário com uma economia parcialmente mercantil. [...] Especialmente desde a recente crise financeira, os próprios chineses começaram divulgando o “modelo chinês”, como uma alternativa à democracia liberal. (FUKUYAMA, 2012, p.56-57).

Mesmo que, em seu discurso, Francis Fukuyama destaque uma certa improbabilidade, sobretudo cultural, da exportação do “modelo chinês” a sociedades que se situam territorialmente fora da faixa da Ásia Oriental, é possível afirmar que há uma espécie de dúvida, por parte do cientista político, quanto à antiga afirmação da inelutabilidade e universalidade dos princípios liberal-democráticos. Atualmente, a democracia liberal possui, sim, desafios, que não se portam mais por vias de um caráter direta e estritamente ideológico, tal qual ocorrera nos anos de Guerra Fria, mas são de uma natureza de tendências muito mais econômicas e sociais.

Como resposta à questão proposta no subtítulo de seu texto, Francis Fukuyama acredita que, atualmente, existem fatores que, de fato, contribuem para o declínio da classe média e, por conseguinte, da própria democracia liberal. Para ele, o desenvolvimento da tecnologia e a globalização, por exemplo, prejudicam o crescimento da classe média ao torná-la inacessível a mais de uma minoria de cidadãos: a primeira porque tende a acumular seus benefícios em uma diminuta parcela da sociedade, além de substituir cada vez mais as funções humanas, gerando desemprego; a segunda porque, com a entrada de milhares de novos trabalhadores nos países em desenvolvimento, o trabalho desenvolvido pela antiga classe média passa a poder ser realizado por um custo muito menor. Assim, “tendências econômicas e sociais” como essas podem, segundo Fukuyama, minar as bases de legitimação das democracias liberais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, abrindo portas à viabilidade de alternativas políticas.

Ao abordar a atual “ausência da Esquerda”, a diagnóstica central fornecida por Francis Fukuyama é de que a razão mais profunda deste silêncio é de ordem intelectual, uma vez que as principais tendências do pensamento esquerdista acadêmico têm sido desastrosamente fracas como marcos conceituais e como ferramenta de mobilização. Isso porque, de acordo com o cientista político, com o voluntário afastamento do marxismo, o discurso da Esquerda acadêmica foi substituído pelo pós-modernismo, multiculturalismo e outras fragmentadas tendências intelectuais mais culturais que econômicas em seu foco. Assim, Fukuyama afirma que o grande problema da Esquerda é a sua atual falta de credibilidade, quaisquer que sejam suas justificativas teóricas. Teimosa em seguir o esgotado programa da social-democracia na forma de partidos políticos, a atual Esquerda, segundo o autor, não possui mais “uma nova, excitante agenda em torno da qual mobilize as massas”. (FUKUYAMA, 2012, p.60).

Portanto, por fim, Francis Fukuyama procura delinear o que seria uma bem-sucedida “ideologia do futuro”. Neste tópico, o último de seu texto, é possível identificar as alterações ocorridas em suas antigas convicções, no que tange o rigor de sua teoria do “fim da História”. É certo que a afirmação da necessidade de uma política democrática – portanto, de uma “agenda” que proteja a classe média – e o despreço pela senil alternativa ideológica do socialismo ainda continuam, porém Fukuyama não é hesitante em afirmar que o produto dessa nova ideologia “seria uma síntese das ideias de Esquerda e Direita, separado da agenda dos grupos marginalizados que constituem o progressivo movimento existente.” (FUKUYAMA, 2012, p. 61) Além disso: “A nova ideologia não veria mercados como um fim em si, em vez disso, valorizaria o comércio mundial e o investimento [...] não apenas à maior agregação da riqueza nacional.” (FUKUYAMA, 2012, p. 60).

Nos últimos parágrafos de seu texto, Fukuyama explicita o seu ceticismo com relação à necessidade que postulava entre o seguimento dos princípios políticos da democracia liberal e a construção de uma sociedade mais igualitária, tomando como exemplo os próprios Estados Unidos. Ao se referir à necessária “ideologia do futuro” e ao presente problema da desigualdade, diz ele:

[a ideologia do futuro] é mais uma questão de fé do que um reflexo da realidade empírica dos últimos 30 anos, o que aponta na direção oposta. De fato, há uma série de razões para pensar que a desigualdade continuará a agravar-se. [...] Elites em todas as sociedades usam seu acesso privilegiado ao sistema político para proteger os seus interesses [...]. Elites americanas não são exceção à regra. (FUKUYAMA, 2012, p.61).

Enfim, Francis Fukuyama esclarece, de uma vez por todas, que uma nova ideologia se aproxima e que, mais do que isso, é extramente necessário que ela se desenvolva. Ao fazer isso, o cientista político norte-americano subverte a sua própria teoria do “fim da História”, a qual postulava não haver mais necessidade nem espaço para o desenvolvimento de novas ideologias na história, o que marcaria o triunfo ideológico incontestável da imaculada democracia liberal, característica das sociedades capitalistas. Apesar de ainda sair em defesa da democracia como princípio político, o postulado de sua inexorabilidade universal, sob a forma liberal, corroeu-se, de maneira que, como o próprio título do texto mostra, a história – ou mesmo a dita História com “H” – possui, sim, um futuro. E este não é o futuro que se destinará, eternamente, a tornar presente o mesmo, posto que, como o próprio Fukuyama reconhece na última frase de seu artigo: “A narrativa alternativa está lá fora, esperando para nascer” (FUKUYAMA, 2012. p.61). Eis que o “Futuro da História”, aqui, é aberto e imperscrutável.

Conclusão

Considerando a teoria do “fim da História” um tema caro ao pensamento historiográfico contemporâneo, sobretudo diante das inquietações relativas à temporalidade que ela coloca ao historiador e a seu ofício, o presente trabalho buscou refazer, mesmo que de maneira reduzida, a sua trajetória, contrapondo o ensaio de sua concepção, em 1989, à última e mais recente reflexão sobre a História composta por Francis Fukuyama.

Uma das tópicas defendidas em *Après la fin de l'histoire* é a de que, passados quase dez anos desde o artigo original de sua teoria, Francis Fukuyama não estaria muito certo se o “fim da História” havia se consumado ou se a História haveria se colocado em marcha novamente (BENOIST; MERLINI, 1998). Consoante a essa leitura, entendemos que, apesar de seu constante elogio da democracia liberal, autor e teoria sofreram diversas influências do próprio devir histórico, chegando mesmo a alterar um de seus princípios básicos, a saber, o da inelutabilidade ideológica da liberal-democracia sobre quaisquer alternativas, tomada como o *télos* já alcançado de e em uma História Universal. Em pouco mais de duas

décadas, o discurso de Fukuyama passou-se do “fim da História” ao insondável “futuro da História”!

Acreditamos, sobretudo em consonância com a tese de Perry Anderson, que tal teoria seja realmente um produto do seu tempo, isto é, que, com o fim da Guerra Fria e a euforia diante do declínio do bloco socialista soviético, tenha se engendrado no pensamento ocidental, representado pelos próprios Estados Unidos e a democracia liberal, um sentimento de vitória sobre quaisquer outras ideologias (ANDERSON, 1992). E é em tal imersão histórica da teoria que apoiamos o argumento de que o “fim da História” claramente não se sustentaria *ad aeternum*, exclusivamente tomada na acepção de seu próprio autor.

Apesar das várias críticas dirigidas à Francis Fukuyama e sua teoria do “fim da História”, as quais acusaram o cientista político de extremamente limitado e sua teoria de ideologizada e parcial, acreditamos na pertinência do estudo dos mesmos justamente por lançarem luz sobre grandes questões presentes, atualmente, na ordem do dia. No livro *Em defesa das causas perdidas*, por exemplo, o filósofo esloveno Slavoj Žižek, embora buscando repensar o lugar do marxismo nas sociedades contemporâneas, é taxativo com relação a atual condição político-social, em geral, das sociedades ditas ocidentais:

É fácil rir da noção de fim da história de Fukuyama, mas o *ethos* dominante hoje é “fukuyamiano”: o capitalismo democrático-liberal é aceito como a fórmula da melhor sociedade possível que finalmente se encontrou – só resta torna-lo mais justo, mais tolerante etc. (ZIZEK, 2011, p. 416).

E com ele perguntamos: “[...] endossamos essa “naturalização” do capitalismo ou o capitalismo global contemporâneo contêm antagonismos suficientemente forte para impedir sua reprodução indefinida?” (ZIZEK, 2011, p. 416).

O outro exemplo de problema colocado pela teoria do “fim da História” diz respeito à atual noção de historicidade e temporalidade. Como já foi expresso na introdução deste trabalho, de acordo com François Hartog, após o marco histórico da Queda do Muro de Berlim, em 1989, a nossa sociedade ocidental – dita pós-moderna – passou a viver em um “regime de historicidade presentista”. Sendo assim, entendemos que, mesmo que o próprio Francis Fukuyama já a tenha relativizado, é possível considerar a sua teoria do “fim da História” como uma das primeiras grandes mostras dessa atual percepção temporal marcada por aquilo a que o sociólogo-filósofo polonês Zygmunt Bauman, em *O mal-estar da pós-modernidade*, denomina “presente contínuo”. Como ele mesmo afirma, vivemos em um “cenário em que a sincronia toma o lugar da diacronia, a co-presença toma o lugar da sucessão e o presente perpétuo toma o lugar da história [...]” (BAUMAN, 1998, p.127). De acordo com o que François Dosse declara em *A história*, acreditamos que: “A nossa pós-modernidade, marcada por este fim da história, não teria, portanto, mais horizonte de espera e essa seria sua característica de nossa consciência de época.” (DOSSE, 2003, p.249). Ou mesmo como diria Jocelyn Benoist, o grande paradoxo dessa nossa pós-modernidade se

mostra no momento em que “a História mata a história” (BENOIST; MERLINI, 1998. p.37). Eis uma das maiores questões que acreditamos serem colocadas pelo problema do “fim da História”, sobretudo, aos historiadores.

Evidentemente, o objetivo deste trabalho não foi oferecer uma resposta, nem abordar tais questões. Citamo-las apenas com o objetivo de mostrar o quão frutífera pode ser uma discussão que tome como ponto de partida os problemas que derivam da tópica do “fim da História”, a qual, obviamente, não se restringe apenas a Francis Fukuyama.

Referências

- ANDERSON, Perry. O fim da história: de Hegel a Fukuyama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- BAUMAN, Zygmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BENOIST, Jocelyn; MERLINI, Fabio. Après la fin de l'histoire: temps, monde, historicité. Paris: Vrin, 1998.
- CABALLERO, Carlos. De Fukuyama a Huntington o la legitimación del etnocidio. *Héspides*. nº 8, noviembre, 1995.
- DOSSE, François. O Têlos: da Providência ao progresso da Razão. In:_____. *A história*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2003.
- FUKUYAMA, Francis. The End of History? *The National Interest*, Summer 1989. pp. 3-18
- _____. A Reply to my Critics. *The National Interest*. nº 16, Winter 1989-90. pp.21-28
- _____. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- _____. The Future of History. *Foreign Affairs*. Volume 91, nº1. Jan/Feb 2012.
- HARTOG, François. Régimes d'historicité: présentisme et expérience du temps. Paris: Seuil, 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Filosofia da história. Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harder. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel Philips. The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*, 72, n.3, 1993. pp.22-49
- _____. O choque das civilizações e a recomposição da ordem mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- KOJÈVE, Alexandre. Introdução à leitura de Hegel. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARQUES, Danilo. O percurso do “fim da História”: uma introdução à teoria de Francis Fukuyama e seus desdobramentos, de 1989 a 2012. Trabalho de Conclusão do Curso de História – Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Belo Horizonte, 2012.
- WILL, George. The end of our holiday from history. *Jewish World Review*, September 12, 2011.
- ZAKARIA, Fareed. The End of the End of History. *U.S. Edition Newsweek*, September 24, 2001.

ZEROUI, Zidane. De Fukuyama a Huntington: una crítica al Eurocentrismo. *Revista de humanidades: Tecnológico de Monterrey*, N°2, 1997. pp.213-142

ŽIŽEK, Slavoj. Unbehagen in der Natur – Além de Fukuyama. In: _____ . *Em defesa das causas perdidas*. São Paulo: Boitempo, 2011.
